

Polícia Federal indicia Bolsonaro por fraude em cartão de vacinação

PF indicia 17 por fraude em cartões

Ex-presidente Jair Bolsonaro está na lista; ex-ajudante de ordens afirmou que ele ordenou a falsificação de documentos

MATHEUS SCHUCH*
matheus.schuch@rdggaucha.com.br

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi indiciado pela Polícia Federal (PF) na investigação que apura um suposto esquema de falsificação de cartões de vacinação contra a covid-19. Outras 16 pessoas também foram apontadas, incluindo o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, que em delação premiada afirmou que partiu de Bolsonaro a ordem para a fraude.

Cid disse aos investigadores que providenciou, por intermédio de outras pessoas, a inclusão dos nomes do ex-presidente e de sua filha caçula, Laura, no sistema do Ministério da Saúde. Depois, ele teria impresso os certificados e entregue em mãos a Bolsonaro.

Relatório

O relatório da PF teve o sigilo retirado ontem pelo ministro Alexandre de Moraes, relator do caso no Supremo Tribunal Federal (STF).

Dentre os indicados, estão a esposa de Cid, um deputado federal e funcionários da prefeitura de Duque de Caxias (RJ), cidade em que foi registrada a vacinação falsa. Ao menos nove pessoas teriam sido beneficiadas pelo esquema.

Os indicados podem responder por associação criminosa, inserção de dados falsos em sistema de informações, falsidade ideológica de documento público e uso de documento ideologicamente falso. A PF ainda aguarda informações do Departamento de Justiça dos Estados Unidos para identificar se o grupo usou os certificados de vacinação falsos para entrar naquele país, o que pode configurar outras condutas ilícitas.

A PF concluiu que a fraude serviu para manter coeso o elemento identitário do grupo em relação a suas pautas ideológicas, no caso, sustentar o discurso voltado aos ataques à vacinação contra a covid-19. "Desta forma, a recusa em suportar o ônus do posicionamento contrário a vacinação, associada à necessidade de manter hígida perante seus seguidores a ideologia professada (não tomar vacina contra a covid-19), motivaram a série de condutas criminosas perpetradas", finalizou o documento.

O indiciamento é o segundo baque sofrido por Bolsonaro em menos de uma semana. O ex-presidente também foi implicado no inquérito que apura uma tentativa de golpe de Estado no país em 2022.

*Com agências de notícias



Ex-chefe do Executivo sempre negou as irregularidades

"Perseguição", diz advogado

O advogado Fábio Wajngarten, que foi secretário de Comunicação no governo de Jair Bolsonaro, classificou o indiciamento como "absurdo". Ele alegou que, enquanto presidente, Bolsonaro não precisava apresentar comprovantes de imunização nas viagens internacionais, o que, em sua avaliação, desmonta a versão da PF.

Wajngarten também atribuiu as acusações a uma tentativa de "esvaziar" o capital político do ex-presidente. "Trata-se de perseguição política", escreveu em rede social.

O deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ) disse que só se manifestará sobre o caso após ter acesso à íntegra das investigações.

O mesmo informaram as defesas dos indicados Marcelo Câmara, Sérgio Cordeiro e João Brecha.

Já o advogado Jairo Magalhães, que defende a indiciada Camilla Soares, disse que a inocência da cliente, que é enfermeira da prefeitura de Duque de Caxias, será comprovada.

As defesas dos demais indicados não haviam se manifestado até o fechamento desta edição.

Saiba mais**O que significa ser indiciado?**

O inquérito é a etapa na qual a autoridade policial coleta provas que indiquem, primeiro, a existência de um crime, a chamada materialidade. Comprovada a materialidade, busca-se a autoria da conduta criminosa.

Ao final dessa fase de investigação, a polícia pode não ter reunido evidências o suficiente para levar o caso contra um investigado adiante, o que acarreta no arquivamento do inquérito. Em outra hipótese, se as autoridades mantiverem a suspeita a partir das provas coletadas, o investigado é indiciado. Indiciamento não é a confirmação da conduta criminosa de um investigado.

GZH
Leia o relatório da PF na íntegra: gzh.rs/relacdm

O que ocorre após o indiciamento?
As provas serão encaminhadas à Procuradoria-Geral da República (PGR), que vai avaliar se apresenta denúncia contra os indicados ou se arquiva o caso. O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu prazo de 15 dias para a PGR se manifestar. Se houver denúncia, caberá ao STF definir por tomar os denunciantes réus ou pelo arquivamento.

Como seria o esquema, segundo a investigação**O início**

Segundo a PF, o esquema começou em novembro de 2021, quando Mauro Cid teria pedido ao sargento do Exército Luis Marcos dos Reis, seu colega na Ajudância de Ordens da Presidência, que o auxiliasse a conseguir um cartão de vacinação forjado para sua esposa Gabriela Santiago Cid.

Reis teria, então, acionado seu sobrinho, o médico Farley Vinícius de Alcântara, que obteve um cartão de vacinação da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, preenchido com duas doses da vacina contra a covid-19, em nome de Gabriela. Inquirido, o médico reconheceu como autêntica sua assinatura e carimbo no documento, mas disse não saber se as doses foram de fato aplicadas.

Gabriela, por sua vez, admitiu aos investigadores que não tomou a vacina contra covid-19. Na delação premiada, Mauro Cid admitiu o envolvimento no esquema e ajudou na investigação.

Inserção no ConecteSUS

De posse do cartão de vacinação falsificado, Cid contou ter procurado o segundo-sargento do Exército Eduardo Crespo Alves para que ele auxiliasse a inserir os dados do documento no sistema ConecteSUS, de modo a ser possível emitir o certificado de vacinação. A manobra, contudo, não deu certo, pois a tentativa foi feita do Rio de Janeiro, enquanto os lotes das vacinas que constavam no cartão foram distribuídos para Goiás. A PF concluiu que Crespo não sabia da falsidade do documento.

O procedimento depois teria sido tentado por outro militar, Paulo Sérgio da Costa Ferreira, também sem sucesso.



A inserção somente teria dado certo após o ex-maior do Exército Ailton Gonçalves Moraes Barros ser acionado e conseguir realizar o procedimento em Duque de Caxias.

O registro teria sido feito pelo secretário de Governo do município, João Carlos Brecha. A PF conseguiu identificar que o login no sistema responsável por registrar as informações foi feito em seu computador.

Envolvimento de Bolsonaro

Posteriormente, teriam sido inseridos registros de vacinação falsos para as três filhas de Mauro Cid e ainda para Jair Bolsonaro e sua filha, Laura, Max Moura e Sergio Cordeiro, auxiliares do ex-presidente, também teriam se beneficiado.



O último a ter seus dados falsos incluídos no ConecteSUS teria sido o deputado Gutemberg Reis (MDB-RJ). Todas as inserções teriam sido feitas por Brecha, conforme a investigação da PF.

Em sua delação, Cid confirmou todo o esquema e ainda afirmou "que imprimiu os certificados e entregou em mãos ao então presidente da República Jair Messias Bolsonaro", diz o relatório da PF. A impressão teria sido feita em um equipamento dentro do Palácio do Alvorada, residência oficial da Presidência da República, em Brasília.

O objetivo de todas as inserções fraudadas de dados de vacinação no ConecteSUS foi emitir certificados de vacinação contra covid-19 para entrar no Estados Unidos em viagens de lazer.

Os indicados

- **Jair Bolsonaro**, ex-presidente
- **Mauro Cid**, ex-ajudante de ordens
- **Gabriela Cid**, esposa de Cid
- **Gutemberg Reis** (MDB-RJ), deputado federal
- **Luis Marcos dos Reis**, militar que integrava a equipe de Cid
- **Farley Vinícius Alcântara**, médico que teria emitido o cartão de vacina falso
- **Eduardo Crespo Alves**, militar
- **Paulo Sérgio da Costa Ferreira**, militar
- **Ailton Barros**, militar
- **Camilla Soares**, enfermeira da prefeitura de Duque de Caxias
- **João Brecha**, ex-secretário de Governo de Duque de Caxias
- **Marcelo Câmara**, Max de Moura e **Sérgio Cordeiro**, assessores de Bolsonaro
- **Claudia Rodrigues da Silva**, chefe da central de vacinação de Duque de Caxias
- **Célia da Silva**, secretária de Saúde de Duque de Caxias
- **Marcelo Holanda**, servidor público

Veículo: Impresso -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 8